



MACEIÓ, 09/01/2026 A 16/01/2026 - ANO IV - EDIÇÃO 234 - R\$ 3,00
REDEREPORTER.COM.BR

MUITA GRANA – Deputados federais de Alagoas gastaram R\$ 3,77 milhões da cota parlamentar em 2025

**ESTRATÉGIA**

Renan Calheiros sinaliza definição antecipada do grupo governista para 2026

**BALANÇO**

Alfredo Gaspar lidera presença e Arthur Lira acumula ausências na Câmara em 2025

**ENSINO**

Rafael Brito cobra mudança na regra do piso do magistério para 2026



FATOS Em FOCO

COM WILLAMES DE MELO



MARCA DE SUCESSO

A Don Diego Style vem se consolidando como uma das marcas que mais crescem em todo o estado, unindo identidade, qualidade e um conceito que vai além da moda. Com peças que traduzem presença, sofisticação e autenticidade, a marca conquista um público que valoriza estilo e personalidade. Atualmente, a Don Diego Style conta com unidades em Arapiraca e Maceió, ampliando sua atuação e se firmando como referência no segmento contemporâneo.

CESTA MAIS CARA

Maceió foi uma das 17 capitais brasileiras em que a cesta básica ficou mais cara em dezembro de 2025, conforme a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. O levantamento é divulgado mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

EMISSÕES EM ALTA

O Instituto de Identificação de Alagoas divulgou o balanço das emissões da Carteira de Identidade Nacional (CIN) referentes ao ano de 2025. Os números confirmam um marco histórico: o estado bateu recorde na emissão do documento e conquistou posições de destaque nos cenários nacional e regional.

ARBITRAGEM EM FOCO

A pré-temporada da arbitragem alagoana de 2026 chegou ao fim, concluindo uma semana de atividades voltadas à preparação dos árbitros dos quadros da CBF e da FAF. A programação reuniu avaliações físicas e teóricas, atividades práticas e estudos técnicos, com foco no alinhamento técnico e no fortalecimento da arbitragem para a temporada.

EXPEDIENTE

Vitor Cansanção
Diretor Geral
MTE 1841/AL

Jornal REDE REPORTER é uma publicação
semanal

Endereço para correspondência:
REDACAO@REDE REPORTER.COM.BR
WWW.REDEREPORTER.COM.BR



Magnânima festa

"A Economia é a ciência severa da escassez. A política é a utopia alegre da abundância". Na manhã de 13 de agosto de 2025 (DIA DO ECONOMISTA), no majestoso Hotel Best Western Premier, encravado na belíssima Pajuçara, celebrou-se em grande estilo a efeméride tão esperada. Os Professores Marcos Antônio Moreira Calheiros - Presidente do CORECON - AL, Cleydner Marques de Magalhães de Magalhães Maurício - Vice-presidente e José Alex, Presidente do SINDECON-AL, foram os anfitriões da magnânima festa.

A Casa do Economista, instituiu a Comenda Celso Furtado, homenageando os professores: José de Melo Gomes, Carlos Bulhões, Silvio Costa, Dilmar Lopes Camerino, Laurentino Veiga, o Superintendente do BNB, Sidiney Reis, Cláudio Jorge, o empresário Luiz Jardim, bem como outros discípulos de Keynes.

A professora Branca Rosa

Silveira de Mendonça Fragoso, filha do imortal Paulo de Castro Silveira, recipiendária do Título, saudei-a como minha ex-professora da disciplina História do Pensamento Econômico da UFAL. Exaltei suas qualidades, influenciando-me a lecionar Formação Econômica do Brasil no CESMAC.

Compareceram à solenidade: o economista José Paulo Gabriel dos Santos - Presidente da JORGRAF, Ivaldo Pinto, Braga Lyra, os advogados Arnaldo Calheiros e Marquinhos Calheiros. A empresária Cristina Jardim (agraciada com a Comenda Celso Furtado), Simone Craveiro (também agraciada), o jornalista Edmilson Teixeira, da Tribuna Independente, fez excelente cobertura, coroando a Coluna de Elenilson Gomes.

Enfatizo o Conselho Regional de Economia (Cofecon), criado pela Lei n. 1.411, de 13 de agosto de 1951, em pleno governo constitucionalista de Getúlio Vargas. Congrega a categoria em todo quadrante nacional.

Fiscaliza a profissão quer na área pública, quer na área privada. Promove o mercado, ajudando a encontrar meios a fim de facilitar a vida dos discípulos de Keynes.

Dir-se-ia que o Economista atua no mundo globalizado. Isto é, na área bancária, no setor produtivo, faz perícia econômica, dentre outras tantas relevantes atribuições. Lecionar Economia é uma delas, no meu caso, atuei como professor por várias décadas no CESMAC. Deve-se ressaltar que se destaca pela performance acadêmica exigida.

O Gerente Geral do Hotel Premier, Manoel Jucá, além de ter sido homenageado com a própria Comenda Celso Furtado, prestou com sua fidalguia excelente ajuda. Marcos Calheiros, por sua vez, fez emocionado discurso agradecendo a presença de todos. Comanda a categoria com o brilhantismo que lhe é peculiar. VIVA A MAGNÂIMA FESTA!



Em Alagoas, mais de 120 mil pessoas precisam coletar a biometria eleitoral

Em Alagoas, mais de 120 mil eleitores ainda precisam fazer a coleta da biometria eleitoral. Deste total, 35.610 estão em Maceió, 8.195 em Arapiraca e 3.896 em Rio Largo, municípios com mais eleitores sem biometria. Uma das metas do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE/AL) é aumentar o quantitativo do eleitorado biometrizado, que atualmente representa 94% das pessoas aptas a votar nas eleições de 2026.

Para fazer a coleta biométrica, as pessoas devem procurar a Justiça Eleitoral até o dia 06 de maio, data em que ocorre o fechamento do cadastro, sem precisar de agendamento prévio. Em Maceió, a coleta biométrica pode ser feita no Fórum Eleitoral, na Gruta, de segunda a sexta-feira, de 7h30 às 12h30, nas

Centrais JÁ localizadas no Maceió Shopping (de 8h às 17h) e no Benedito Bentes (8h às 13h). Os cartórios eleitorais do interior funcionam das 7h30 às 12h30 até o dia 31 de janeiro, depois voltam a funcionar até as 13h30.

Para realizar a coleta biométrica, é preciso apresentar um documento oficial com foto e comprovante de residência emitido há no máximo 90 dias. O procedimento é rápido e simples: coleta das impressões digitais de todos os dedos das mãos, assinatura e foto digital, além da atualização dos dados digitais.

Quem fez o alistamento eleitoral pelo site do TRE/AL ou do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deve comparecer em até 30 dias aos cartórios eleitorais ou postos de atendimentos para efetivar

a coleta biométrica. Caso não compareçam dentro do prazo, a solicitação não será concluída.

Benefícios

Além da segurança no momento da votação, o cadastramento biométrico proporciona a obtenção do selo ouro na conta Gov.br, plataforma digital que permite ao cidadão acessar serviços públicos on-line de forma segura, como INSS, Receita Federal, Carteira Digital, entre outros.

O Selo Ouro é o nível mais alto de confiabilidade da conta Gov.br, exigido para acesso a serviços públicos mais sensíveis. Para obter esse Selo, é necessário validar sua identidade com dados biométricos ou registros oficiais confiáveis e uma das formas é tendo a biometria cadastrada na Justiça Eleitoral.

MUITA GRANA

Deputados federais de Alagoas gastaram R\$ 3,77 milhões da cota parlamentar em 2025



Os deputados federais de Alagoas utilizaram R\$ 3.771.141,47 da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (CEAP) ao longo de 2025, conforme dados oficiais da Câmara dos Deputados. O montante refere-se a despesas destinadas à manutenção dos mandatos, incluindo divulgação institucional, passagens aéreas, aluguel de veículos, combustíveis, manutenção de escritórios políticos e serviços auxiliares.

Luciano Amaral (PSD) foi o parlamentar com maior volume de gastos, totalizando R\$ 552.140,11. Desse valor, R\$ 274.400,00 foram aplicados em divulgação da atividade parlamentar, além de despesas relevantes com aluguel de veículos e manutenção de escritório.

Na sequência aparecem Marx Beltrão (PP), com R\$ 480.356,48, e Delegado Fábio Costa (PP), que utilizou R\$ 462.084,95. Em ambos os casos, a divulgação

institucional representou a principal rubrica das despesas declaradas.

Rafael Brito (MDB) registrou R\$ 447.113,12 em gastos, com distribuição mais equilibrada entre divulgação, transporte e estrutura de gabinete. Alfredo Gaspar (União Brasil) declarou R\$ 430.844,41, enquanto Daniel Barbosa (PP) utilizou R\$ 426.156,90 da cota parlamentar.

Paulão (PT) informou despesas de R\$ 401.728,11 em 2025, com gastos

concentrados em divulgação, aluguel de veículos, passagens aéreas e manutenção de escritório. Já Arthur Lira (PP) declarou R\$ 299.146,69, figurando entre os menores volumes do estado.

Isnaldo Bulhões Jr. (MDB) apresentou o menor gasto entre os deputados federais de Alagoas, totalizando R\$ 271.570,70, com predominância de despesas com passagens aéreas.

XADREZ POLÍTICO

Comissão de Orçamento debate cronograma para votação da LOA de Maceió



A Comissão de Orçamento da Câmara Municipal de Maceió se reuniu nesta quinta-feira (8) para tratar do andamento da apreciação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, cuja votação em plenário está prevista para os

encontro teve como foco a definição do cronograma e os procedimentos necessários antes da deliberação final dos vereadores.

Segundo o presidente da comissão, o vereador Samyr Malta, a expectativa é de que, na próxima segunda-feira (12), os membros da comissão discutam com o presidente da Câmara, Chico Filho, o calendário oficial para a votação da matéria. Antes disso, a Controladoria Geral do Município deve emitir, nesta sexta-feira (9),

parecer sobre a legalidade das emendas apresentadas pelos parlamentares ao projeto orçamentário.

Após a análise técnica, o texto deverá retornar à Comissão de Orçamento para encaminhamento ao relator, que ficará responsável por elaborar o parecer sobre o conteúdo da proposta. Concluída essa etapa, a comissão decidirá pela aprovação ou rejeição do relatório, permitindo, então, o envio do projeto ao plenário para apreciação dos vereadores.

ESTRATÉGIA

Renan Calheiros sinaliza definição antecipada do grupo governista para 2026

Após um período de recesso informal, o senador **Renan Calheiros** deve retomar a agenda política nas próximas semanas reafirmando as estratégias do seu grupo para as eleições de 2026. Em conversas recentes com interlocutores, o parlamentar demonstrou tranquilidade em relação ao cenário eleitoral e indicou que as principais decisões já foram tomadas internamente. "Já temos definições do que vamos fazer", afirmou, acrescentando que "o problema não está com a gente", em uma declaração interpretada como um recado à oposição.

No campo governista, o desenho eleitoral é tratado como praticamente fechado. Renan Calheiros deve disputar a reeleição ao Senado, enquanto o ministro dos Transportes, **Renan Filho**, é apontado como candidato ao governo do Estado. A articulação conta ainda com o apoio do governador **Paulo Dantas**, do presidente da Assembleia Legislativa, **Marcelo Victor**, além de mais de dois terços dos deputados estaduais e da ampla maioria dos prefeitos alagoanos, o que garante capilaridade política no interior e presença consolidada nos principais centros urbanos.

Do lado oposto, a oposição ainda não chegou a um consenso sobre o nome que disputará o governo nem sobre a estratégia para a eleição ao Senado. Entre os possíveis pré-candidatos citados nos bastidores estão **Arthur Lira**, **Marina Candia**, **Davi Davino Filho** e **Alfredo Gaspar**, o que, na avaliação de aliados do governo, evidencia fragmentação e ausência de uma liderança capaz de unificar o grupo.

Esse contraste entre organização e indefinição ganha relevância diante do calendário eleitoral. Faltam menos de 90 dias para o prazo final de

desincompatibilização de cargos e filiações partidárias, que se encerra em 4 de abril. Enquanto o grupo governista trabalha com cenário definido, discurso alinhado e base política estruturada, a oposição enfrenta o desafio de reduzir divergências internas e construir uma alternativa competitiva em curto espaço de tempo. Nesse contexto, a fala de Renan Calheiros reforça a percepção de que, de um lado, a estratégia já está desenhada; do outro, ainda predominam incertezas.

RENOVAÇÃO

Analista aponta baixa renovação na disputa pela Câmara Federal em Alagoas em 2026

A eleição de 2026 para a Câmara dos Deputados em Alagoas deve repetir um padrão observado em pleitos anteriores, marcado por baixa renovação e ampla vantagem para parlamentares que já ocupam mandato. A avaliação é do professor e analista político **Marcelo Bastos**, feita durante o quadro *Momento Político*, divulgado em suas redes sociais.

Segundo o analista, o atual modelo eleitoral, aliado à força das estruturas partidárias, das bases municipais e, sobretudo, ao volume de recursos disponíveis por meio das emendas parlamentares, cria um ambiente pouco favorável à entrada de novos nomes. Cada deputado federal dispõe atualmente de cerca de R\$ 40 milhões anuais em

emendas impositivas, o que pode chegar a aproximadamente R\$ 160 milhões ao longo do mandato, além das emendas de bancada e de comissão, acessíveis aos parlamentares com maior poder de articulação.

Diante desse cenário, Marcelo Bastos divide a atual bancada federal alagoana em dois grupos. No primeiro estão os deputados que ultrapassaram a marca de 80 mil votos na eleição de 2022, considerados em posição confortável para a reeleição. No segundo grupo aparecem aqueles que ficaram abaixo dos 70 mil votos e que, segundo a análise, precisarão ampliar articulações políticas e eleitorais para manter o mandato.

Entre os mais votados em 2022 estão **Arthur Lira**, **Alfredo Gaspar**, **Luciano Amaral**, **Marx Beltrão** e **Isnaldo Bulhões Jr.**. Arthur Lira, o mais votado do estado em 2022, não deve disputar a reeleição, já que é pré-candidato ao Senado. Bastos avalia que há possibilidade de transferência de capital político dentro da família, fenômeno recorrente na política alagoana.

Alfredo Gaspar, segundo mais votado no último pleito, teve desempenho expressivo em Maceió e ampliou projeção nacional nos últimos anos. Caso opte por disputar novamente a Câmara, tende a figurar

entre os mais votados; se concorrer ao Senado, pode repetir desempenhos históricos observados em eleições anteriores. Luciano Amaral mantém base eleitoral consolidada, enquanto Marx Beltrão caminha para o quarto mandato, apoiado por uma recomposição de forças familiares e regionais. Isnaldo Bulhões Jr., líder do MDB na Câmara e relator do Orçamento da União, aparece com forte influência no Sertão e apoio do grupo político dos Calheiros.

No grupo dos parlamentares que ficaram abaixo dos 70 mil votos em 2022 estão **Paulão**, **Daniel Barbosa**, **Fábio Costa** e **Rafael Brito**. Segundo Bastos, esses deputados enfrentam um cenário mais competitivo e dependem de alianças políticas, fortalecimento de bases locais e maior visibilidade para garantir a reeleição.

Apesar das diferenças de desempenho eleitoral entre os grupos, o analista avalia que a tendência geral é de renovação limitada. Mesmo parlamentares com votação mais modesta podem permanecer competitivos em razão da visibilidade do mandato, do apoio de prefeitos e lideranças regionais e do peso das estruturas partidárias, fatores que continuam a exercer influência decisiva nas disputas proporcionais em Alagoas.

BALANÇO

Alfredo Gaspar lidera presença e Arthur Lira acumula ausências na Câmara em 2025

Dados da plataforma Radar do Congresso, atualizados até 15 de dezembro de 2025, mostram diferenças significativas na frequência dos deputados federais de Alagoas às sessões plenárias da Câmara dos Deputados ao longo do ano. O levantamento considerou a participação dos parlamentares em 118 sessões realizadas no período e organizou os dados a partir do índice de assiduidade.

O deputado **Alfredo Gaspar** (União Brasil) liderou o índice de presença entre os parlamentares alagoanos, com

participação em todas as 118 sessões, alcançando 100% de assiduidade. Em seguida aparece **Delegado Fábio Costa** (PP), que compareceu a 117 sessões e registrou apenas uma ausência não justificada, o que resultou em 99,15% de frequência.

Na sequência estão **Paulão** (PT) e **Luciano Amaral** (PSD), ambos com presença em 116 sessões, o equivalente a 98,31% de assiduidade. Paulão teve uma ausência justificada e uma não justificada, enquanto Luciano Amaral registrou duas ausências não justificadas.

O deputado **Marx Beltrão** (PP) participou de 112 sessões, com quatro ausências justificadas e duas não justificadas, alcançando 94,92% de frequência. Já **Rafael Brito** (MDB) esteve presente em 106 sessões e acumulou seis ausências justificadas e seis não justificadas, o que corresponde a 89,83% de assiduidade.

Na parte inferior do levantamento aparece **Daniel Barbosa** (PP), que compareceu a 95 sessões, com oito ausências justificadas e 15 não justificadas, totalizando 80,51% de presença em plenário. Em situação

ainda mais distante do topo está **Isnaldo Bulhões Jr.** (MDB), que participou de 58 sessões e registrou 60 ausências, todas justificadas, alcançando 49,15% de assiduidade.

Encerrando o ranking está **Arthur Lira** (PP), que marcou presença em apenas 26 das 118 sessões analisadas. O parlamentar acumulou 92 ausências, todas justificadas, o que resultou em um índice de frequência de 22,03% ao longo de 2025.

FORÇA POLÍTICA

A 10 meses das eleições, Arthur Lira reúne apoio majoritário dos prefeitos do Sertão de Alagoas

Faltando ainda cerca de dez meses para as eleições de outubro de 2026, o deputado federal Arthur Lira (PP) já conta com o apoio declarado da grande maioria dos prefeitos do Sertão de Alagoas à sua pré-candidatura ao Senado. Esse movimento antecipado — e que tende a crescer nas próximas semanas e meses — revela uma base política numerosa, expressiva e sólida, construída a partir de trabalho contínuo, presença institucional e resultados concretos entregues à população sertaneja, consolidando um apoio regional massivo muito antes do início oficial da campanha.

Os prefeitos de Pão de Açúcar, Jorge Dantas (MDB); Olho d'Água das Flores, Zé Luiz (MDB); Tapera, Jarbas (MDB); e Senador Rui Palmeira, Joãozinho Moura (MDB), destacam os investimentos em infraestrutura urbana, o apoio à zona rural e o fortalecimento da gestão municipal como fatores decisivos

para o apoio a Arthur Lira. Nessas cidades, a atuação do deputado garantiu pavimentação de ruas, entrega de equipamentos públicos, apoio administrativo e recursos que melhoraram diretamente a qualidade de vida da população.

No Médio Sertão, caminham com Arthur Lira os prefeitos Ubiratânia, de Carneiros (MDB); Socorrinho, de Jacaré dos Homens (MDB); Ricardo Paranhos, de Jaramataia (MDB); Denise, de Ouro Branco (MDB); Nino, de Maravilha (Republicanos); Valmiro Costa, de Poço das Trincheiras (PP); e Theobaldo Cintra, de Major Izidoro (MDB). Esses municípios foram contemplados com máquinas, investimentos na saúde básica e melhorias estruturais nas zonas urbana e rural, fortalecendo a capacidade de atendimento das prefeituras.

Na região Serrana do Sertão alagoano, integram o bloco de apoio a Arthur Lira os prefeitos Fal Farias, de Mata Grande (MDB); Nayara, de Água Branca (PP); Tony Campinhos, de Pariconha (PP); Josélia de Zé Hermes, de Canapi (MDB); e Tenorinho Malta, de Inhapi (PP). Nessa região, Arthur Lira assegurou obras históricas e estruturantes de abastecimento de água ligadas ao Canal do Sertão, além de pavimentação de ruas, entrega de máquinas e execução de projetos urbanos que valorizam os municípios e fortalecem a identidade local.

Ainda no Sertão, também marcham com Arthur Lira Chico Bezerra, de Olho d'Água do Casado

(MDB); Thiago Freitas, de Piranhas (MDB); Jó Dionísio, de Olivença (MDB); e a prefeita Ziane Costa, de Delmiro Gouveia (MDB). Nesses municípios, o deputado atuou para garantir investimentos em infraestrutura, apoio hídrico, pavimentação e fortalecimento dos serviços públicos, sempre em diálogo direto com as gestões locais.

Além do apoio dos prefeitos em exercício, Arthur Lira também conta com o respaldo de importantes lideranças políticas regionais, incluindo ex-prefeitos, vice-prefeitos e líderes locais. Em Piranhas, a ex-prefeita Maristela Senna (PP) já declarou apoio a Lira; em Poço das Trincheiras, Caio Rodrigues (PP); em Pão de Açúcar, Flavinho Almeida (MDB); em Monteirópolis, o vice-prefeito Fabinho Monteiro (MDB); em Mata Grande, Wallysson Firmino (PP); e, em Maravilha, o professor James e Conceição Albuquerque (MDB), reforçando o alinhamento político no município.

O apoio regional à pré-candidatura de Arthur Lira ao Senado também inclui, em Olivença, Véio Duca (MDB); em Senador Rui Palmeira, Dr. Jackson Moura (PP); em Carneiros, Genivaldo Agra (PP); em Pariconha, Dr. Fabiano (PP); em Água Branca, Zé Carlos (PP); em Canapi, Zé Hermes (MDB) e Vinícius de Zé Hermes (MDB); em Inhapi, o ex-deputado estadual Celso Luiz (PP); em Major Izidoro, Tonico Amaral (PP); e, em Jacaré dos Homens, os ex-prefeitos Floriano Melo (MDB) e Júnior Ernesto (PP).

ENSINO

Rafael Brito cobra mudança na regra do piso do magistério para 2026

A projeção de reajuste de 0,37% para o piso nacional do magistério em 2026 reacendeu o debate no Congresso Nacional sobre a forma de cálculo do benefício. Pelo índice estimado, o valor subiria de R\$ 4.867,77 para R\$ 4.885,78, percentual inferior à inflação acumulada prevista para 2025, estimada em 4,31%. O cenário, segundo parlamentares da área da educação, pode resultar em perda real de renda para os professores da educação básica.

Presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação, o deputado Rafael Brito (MDB- AL) avalia que o resultado expõe

fragilidades do modelo atual, que vincula o reajuste exclusivamente à variação do Valor Aluno Fundeb (VAAF). Para o parlamentar, o mecanismo não garante previsibilidade nem proteção contra a inflação, o que compromete a política de valorização docente prevista em lei.

Rafael Brito defende a adoção de uma medida legislativa para corrigir a regra ainda no primeiro semestre de 2026. Entre as alternativas discutidas estão a edição de uma Medida Provisória, que permitiria debate posterior no Congresso, ou o envio de um

Projeto de Lei com urgência constitucional, acelerando a tramitação. Segundo o deputado, já há propostas técnicas em análise, mas a proximidade do novo exercício exige uma resposta rápida.

A Frente Parlamentar sustenta ainda que qualquer mudança precisa ser construída de forma conjunta, com a participação de governadores, prefeitos, secretários de educação, conselhos e entidades representativas do setor. O argumento é que o piso nacional impacta diretamente os orçamentos estaduais e

municipais, especialmente nos municípios de menor porte — cerca de 20% deles ainda não conseguem cumprir integralmente o valor vigente.

As discussões também envolvem o Ministério da Educação. A bancada iniciou tratativas com o ministro Camilo Santana em busca de uma solução que equilibre responsabilidade fiscal e valorização profissional. O grupo afirma que seguirá monitorando os dados do Fundeb e articulando iniciativas no Congresso para evitar que o reajuste do piso do magistério em 2026 fique abaixo da inflação.

SENADO FEDERAL

Senado Debate Projeto de Lei para Inclusão da Educação Midiática e Digital nas Escolas Brasileiras

Um novo projeto de lei que está em discussão no Senado Federal visa a introdução da educação midiática e digital no sistema educacional brasileiro. A proposta, elaborada pela senadora Teresa Leitão, do Partido dos Trabalhadores de Pernambuco e atual presidente da Comissão de Educação, busca preparar crianças e adolescentes para um consumo crítico das informações disponíveis nas redes sociais e na internet.

Esse projeto, denominado PL 1.010/2025, surge em meio a um cenário alarmante de

disseminação de desinformação e discursos de ódio que têm se intensificado nas plataformas digitais. Com o avanço das tecnologias e a crescente dependência das redes sociais para comunicação e troca de informações, surge a urgência de desenvolver habilidades que permitam aos jovens discernir entre informações verdadeiras e falsas. O objetivo da proposta é não apenas preservar a integridade das informações, mas também promover um ambiente online mais respeitoso e produtivo.

O PL 1.010/2025 delinea uma série de diretrizes que visam integrar essa educação midiática nos currículos escolares, promovendo atividades que estimulem o pensamento crítico e a responsabilidade no uso das ferramentas digitais. Essa iniciativa é vista como uma maneira eficaz de equipar as novas gerações com competências que vão além do simples uso técnico das

plataformas, permitindo-lhes também navegar de forma segura e ética no vasto universo online.

Após a discussão inicial, a proposta será submetida às comissões do Senado para uma análise mais detalhada. Os defensores da medida argumentam que, com a crescente quantidade de informações disponíveis, é fundamental que o sistema educacional prepare os alunos para enfrentar os desafios da era digital. Ao incorporar a educação midiática nas escolas, busca-se fomentar uma maior compreensão do papel da mídia na sociedade contemporânea e incentivar uma participação ativa e consciente no espaço digital.

Com essa proposta, o Senado Brasileiro busca não apenas abordar uma preocupação imediata, mas também construir uma sociedade mais informada e menos suscetível às armadilhas da desinformação e do discurso de ódio.



AMARELINHA 2025. JÁ PAGOU? NÃO DÁ PRA ESQUECER.

Acesse agora. Veículo legal só com o licenciamento.  

detran.al.gov.br

é obrigatório e **SÓ É REALIZADO** através
ov.br
gar. O Detran-AL não envia boleto.
proveite e emita também sua guia do **IPVA**.
ima só vez. Cuidado com golpes, **boleto só no site**.



DETTRAN-AL
Departamento Estadual de Trânsito de Alagoas

**025. JÁ PAGOU?
QUECER.**
legal só com




Trabalho e 

ECONOMIA

Expansão da Natville no Nordeste inclui novos investimentos em Alagoas a partir de 2026



Alagoas está entre os estados contemplados pelo plano de expansão da Natville, que anunciou investimentos superiores a R\$ 700 milhões na implantação de novas unidades industriais no Nordeste a partir de 2026. O aporte, de alcance regional, prevê a instalação de fábricas em Alagoas e na Bahia e tem como objetivo ampliar a capacidade produtiva da empresa e consolidar sua posição como a principal indústria de lácteos do Nordeste.

A empresa encerrou 2025 com faturamento de R\$ 1,3 bilhão projetando crescimento acima de dois dígitos em 2026, com expectativa de alcançar R\$ 1,5 bilhão até dezembro. Em Alagoas, a expansão inclui a conclusão de uma nova unidade industrial no município de Batalha, com inicio das operações previsto

para este ano, além do fortalecimento da planta já existente em União dos Palmares, adquirida em 2019.

A ampliação das operações no estado integra a estratégia da Natville de fortalecer a cadeia leiteira no semiárido nordestino, região onde a produção de leite representa uma das principais fontes de renda para milhares de famílias. Atualmente, a empresa coleta leite de mais de duas mil propriedades rurais localizadas em Sergipe, Alagoas e Bahia. Com os novos investimentos, a meta é elevar o processamento diário para mais de 1,5 milhão de litros nos próximos três anos e ampliar a base de fornecedores para cerca de 2,5 mil.

Além das novas fábricas, o grupo também investe em uma unidade de produção de ração no Nordeste,

voltada ao processamento de milho produzido na própria região. A iniciativa busca reduzir a dependência de insumos de outras partes do país, garantir alimentação balanceada ao gado leiteiro e minimizar os impactos de períodos de estiagem prolongada, comuns no interior de Alagoas e dos estados vizinhos. A capacidade inicial prevista é de 500 toneladas de ração por dia, com parte da produção destinada aos produtores parceiros.

Fundada em 1996, a Natville iniciou suas atividades com produção diária de 1,2 mil litros de leite e hoje processa cerca de 1,1 milhão de litros por dia. A empresa opera com mais de dois mil tanques de refrigeração distribuídos em propriedades rurais, alguns viabilizados por meio de parcerias com governos estadual e

federal, o que garante a qualidade e a rastreabilidade da matéria-prima desde a origem até a indústria.

Os produtos da marca — como leite UHT, manteiga, queijos, queijo em pó e bebidas lácteas — ocupam posição de destaque no varejo nordestino e nacional. Pesquisa divulgada pela revista SuperVarejo apontou a Natville como líder na preferência dos consumidores do Nordeste em categorias como leite UHT, queijo cremoso e manteiga, esta última entre as mais bem avaliadas do país.

Com a expansão regional e a consolidação das operações em Alagoas, a empresa amplia sua participação na economia do estado e reforça o papel do interior nordestino como polo estratégico da indústria de laticínios no Brasil.

ECONOMIA

Inflação oficial encerra 2025 com alta de 4,26%, superando novembro e respeitando a meta do governo de 4,5% para 12 meses



Em dezembro, a inflação oficial brasileira registrou um aumento de 0,33%, refletindo uma elevação em relação ao crescimento de 0,18% observado em novembro. Com esse resultado, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou uma alta de 4,26% ao longo de 2025, encerrando o ano dentro da meta estabelecida pelo governo, que se limitava a 4,5% para o acumulado de 12 meses.

Essas informações foram divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que destacou que, exceto o setor de Habitação, que experimentou uma

queda de 0,33%, todos os outros grupos de produtos e serviços analisados apresentaram alta em dezembro. O setor de Transportes foi o que mais impactou a inflação, com uma variação de 0,74%, o que acrescentou 0,15 pontos percentuais ao índice global. O aumento nos preços dos transportes por aplicativo e das passagens aéreas foi uma das principais causas desse desempenho.

Além disso, o grupo Artigos de residência também teve uma variação significativa de 0,64%, revertendo uma queda de 1% registrada no mês anterior. Os produtos financeiros e eletrônicos, como televisores e aparelhos de som, foram responsáveis pela alta neste grupo, após apresentarem quedas em meses anteriores.

No que diz respeito à saúde, o setor também contribuiu para o aumento da inflação, com uma alta de 0,52% em dezembro, destacando-se o aumento nos planos de saúde e em produtos de higiene pessoal.

A alimentação, por sua vez, apresentou um leve crescimento de 0,27%, sendo que a alimentação em domicílio, após meses de queda, mostrou um pequeno avanço de

0,14%, ajudada por altas em itens como cebola e carnes. No entanto, alguns produtos, como leite e arroz, continuaram a ver seus preços reduzidos.

Por outro lado, o grupo Habitação foi o único a registrar uma deflação, com uma queda de 0,33%, principalmente devido à diminuição nas tarifas de energia elétrica em algumas regiões, que haviam sido impactadas positivamente pela mudança na bandeira tarifária.

Além disso, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) também foi analisado, com uma alta acumulada de 3,90% em 2025, um declínio em relação aos 4,77% registrados em 2024.

Essa análise do IPCA e do INPC é fundamental para entender o custo de vida, especialmente para famílias com rendimentos que variam entre um e 40 salários mínimos, abrangendo uma ampla gama de produtos e serviços em várias regiões do Brasil. A metodologia de coleta de preços é rigorosa, contando com informações de 377 subitens em dez regiões metropolitanas e outras cidades, o que dá uma perspectiva abrangente da realidade econômica do país.

AGRESTE

Após crime no Bosque das Arapiracas, vereador cobra reforço da segurança pública

O homicídio de Cicera Laura, registrado no Bosque das Arapiracas, motivou o vereador **Vavazinho** a cobrar providências imediatas na área da segurança pública em Arapiraca. Presidente da Comissão de Segurança da Câmara Municipal, o parlamentar encaminhou ofício ao comando do 3º Batalhão da Polícia Militar, pedindo o reforço das rondas ostensivas e do policiamento preventivo em espaços públicos frequentados pela população.

Segundo o vereador, o crime causou forte comoção social e ampliou a sensação de insegurança entre moradores que utilizam o bosque para atividades físicas e

lazer, especialmente nos horários de maior vulnerabilidade. Para ele, o episódio evidencia a necessidade de presença policial mais constante em áreas abertas e de grande circulação.

No pedido formal, Vavazinho também incluiu outros pontos considerados estratégicos da cidade, como o Lago da Perucaba, as margens do Riacho Piauí, a Avenida Ceci Cunha e demais áreas verdes. O objetivo, de acordo com o parlamentar, é prevenir novos episódios de violência e garantir que esses espaços possam ser utilizados com maior tranquilidade.

O vereador afirmou ainda que a discussão sobre segurança pública

tem sido recorrente ao longo de seu mandato. Ele relata ter encaminhado solicitações anteriores à Prefeitura e ao Governo do Estado defendendo o aumento do efetivo policial, a realização de concurso para a Guarda Municipal e a implantação do programa Ronda do Bairro no município.

Em declarações públicas, Vavazinho ressaltou que Arapiraca possui uma tropa experiente da Polícia Militar, mas enfrenta dificuldades estruturais decorrentes do crescimento urbano sem a correspondente ampliação do número de policiais. Segundo ele, a demanda por segurança

aumentou nos últimos anos, sem que o efetivo acompanhasse essa expansão.

O parlamentar destacou que o ofício encaminhado ao 3º BPM não tem caráter de crítica à corporação, mas de alerta para a necessidade de mais investimentos e ações integradas na área da segurança. Ele afirmou que a Comissão de Segurança da Câmara permanece à disposição para colaborar com iniciativas que contribuam para o enfrentamento da criminalidade e reforçou que continuará cobrando do Governo do Estado medidas que ampliem a proteção à população de Arapiraca.

SEGURANÇA

Câmara dos Deputados aprova alteração na Lei de Abuso de Autoridade para punir restrição ao acesso a armas e munições por agentes públicos

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados fez uma importante aprovação em dezembro de 2025, ao sancionar um projeto de lei que visa responsabilizar agentes públicos que, sem justificativa legal, restringirem o acesso de cidadãos a armas de fogo e munições. Segundo o texto, essa conduta será punida com detenção de um a quatro anos e multa. A proposta representa uma resposta a uma questão

sensível e atual, refletindo a preocupação legislativa em relação ao controle de armamentos no Brasil.

O projeto em questão, que se refere ao Projeto de Lei 4180/25, originado pelo deputado Marcos Pollon, foi reformulado por sua relatora, a deputada Delegada Ione, do partido Avante de Minas Gerais. A nova versão do texto incluiu a conduta como um tipo penal na Lei de Abuso de Autoridade, uma decisão que gerou debates em torno da sua classificação. Inicialmente, a proposta buscava agregar essa infração ao rol da Lei de Crimes Hediondos, o que, segundo Ione, poderia levar a uma série de inconsistências no sistema penal brasileiro.

A relatora argumentou que aceitar essa proposta como crime hediondo elevava uma má conduta administrativa à mesma categoria de

atrocidades extremas, como homicídio, latrocínio e estupro. Ela enfatizou que essa classificação geraria uma incoerência sistêmica no contexto do direito penal, prejudicando a adequada diferenciação entre crimes de diversas gravidades. O projeto segue agora para a análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, e, posteriormente, será submetido ao Plenário.

Se aprovado nas próximas etapas, o texto terá que passar por nova avaliação no Senado antes de se tornar efetivamente uma lei. Esse processo evidencia a seriedade com que o Congresso Nacional lida com o tema da segurança pública, em tempos em que o debate sobre armamentos e a legalidade de seu acesso continua a ser um verdadeiro campo de batalha legislativa no Brasil.

POLÊMICA***Renan Filho mantém diretor do Dnit no cargo após investigação da Polícia Federal***

O ministro dos Transportes, **Renan Filho**, manteve no cargo o diretor de Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Marcos de Brito Campos Júnior, mesmo após o servidor ter sido alvo de investigação da Polícia Federal e ser submetido ao uso de tornozeleira eletrônica por determinação judicial. As informações foram divulgadas pela jornalista Andreza Matais, do portal **Metrópoles**.

Marcos de Brito Campos Júnior é investigado na Operação Sem Desconto, deflagrada pela **Policia Federal** em 18 de dezembro de 2025, que apura um esquema de descontos associativos considerados irregulares sobre benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). À época, a Justiça

determinou o afastamento cautelar do servidor e a adoção de medidas restritivas, incluindo o monitoramento eletrônico.

Apesar da investigação, Marcos segue formalmente no cargo de diretor de Finanças do Dnit, autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes e responsável pela gestão de um orçamento estimado em R\$ 11 bilhões para 2026. A permanência foi confirmada por integrantes do próprio gabinete do diretor, e registros administrativos indicam a existência de despachos assinados por ele após a deflagração da operação policial.

De acordo com as apurações, o servidor teria auxiliado Antonio Carlos Camilo Antunes, conhecido como "Careca do INSS", quando este atuava como superintendente do instituto na Região Nordeste. A Polícia



Federal aponta Marcos como um dos agentes centrais do esquema, responsável por viabilizar a aplicação dos descontos investigados diretamente na folha de pagamento de beneficiários.

Entre os elementos reunidos no inquérito estão passagens aéreas emitidas em nome do servidor e custeadas por uma empresa classificada como de fachada, além de mensagens que indicariam o recebimento de R\$ 20 mil como pagamento por supostos serviços. A Polícia Federal chegou a solicitar a prisão preventiva de Marcos.

O pedido, no entanto, foi negado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal **André Mendonça**, que avaliou que o investigado teria rompido vínculos diretos com os demais envolvidos a partir de 2023, quando

assumiu a diretoria no Dnit. Com isso, a prisão foi substituída por medidas cautelares, como a proibição de contato com outros investigados e o uso de tornozeleira eletrônica.

Procurado por meio de seu gabinete, Marcos de Brito Campos Júnior informou que está de férias e que deve retornar a Brasília no dia 20 de janeiro. O Dnit é responsável pela execução da política federal de infraestrutura de transportes terrestres e aquaviários e já foi alvo, ao longo dos anos, de investigações relacionadas a suspeitas de irregularidades administrativas.

SENADO FEDERAL***Senado Verifica Registry Aumento Recorde de Pedidos de Verificação de Informações em 2025***

O serviço de combate à desinformação do Senado registrou um aumento significativo em seus atendimentos em 2025, alcançando a marca de mais de 1,6 mil pedidos de verificação. O WhatsApp, consolidado como a principal plataforma de contato com os cidadãos, evidencia uma mudança relevante no comportamento da população, que passou a buscar o Senado Verifica para validar informações antes de compartilhá-las.

O aumento na interação com o serviço reflete uma crescente conscientização dos brasileiros sobre seus direitos e sobre questões financeiras. O canal se tornou um ponto de consulta para diversas dúvidas, incluindo solicitações relacionadas à CPMI

do INSS e denúncias sobre descontos indevidos em empréstimos consignados. Além de desmentir boatos a respeito da comissão parlamentar mista, o Senado Verifica oferece orientações sobre como acompanhar os trabalhos deste colegiado.

Outro foco de atenção do serviço é a análise de informações sobre o Projeto de Lei 1.225/2024, que visa apoiar mães que cuidam de filhos com deficiências ou condições especiais. Essa proposta está atualmente em discussão na Câmara dos Deputados. A reforma do Código Civil, em tramitação no Senado sob o PL 4/2025, também gerou uma série de desinformações que o Senado Verifica se dedicou a esclarecer, incluindo as regras de herança.

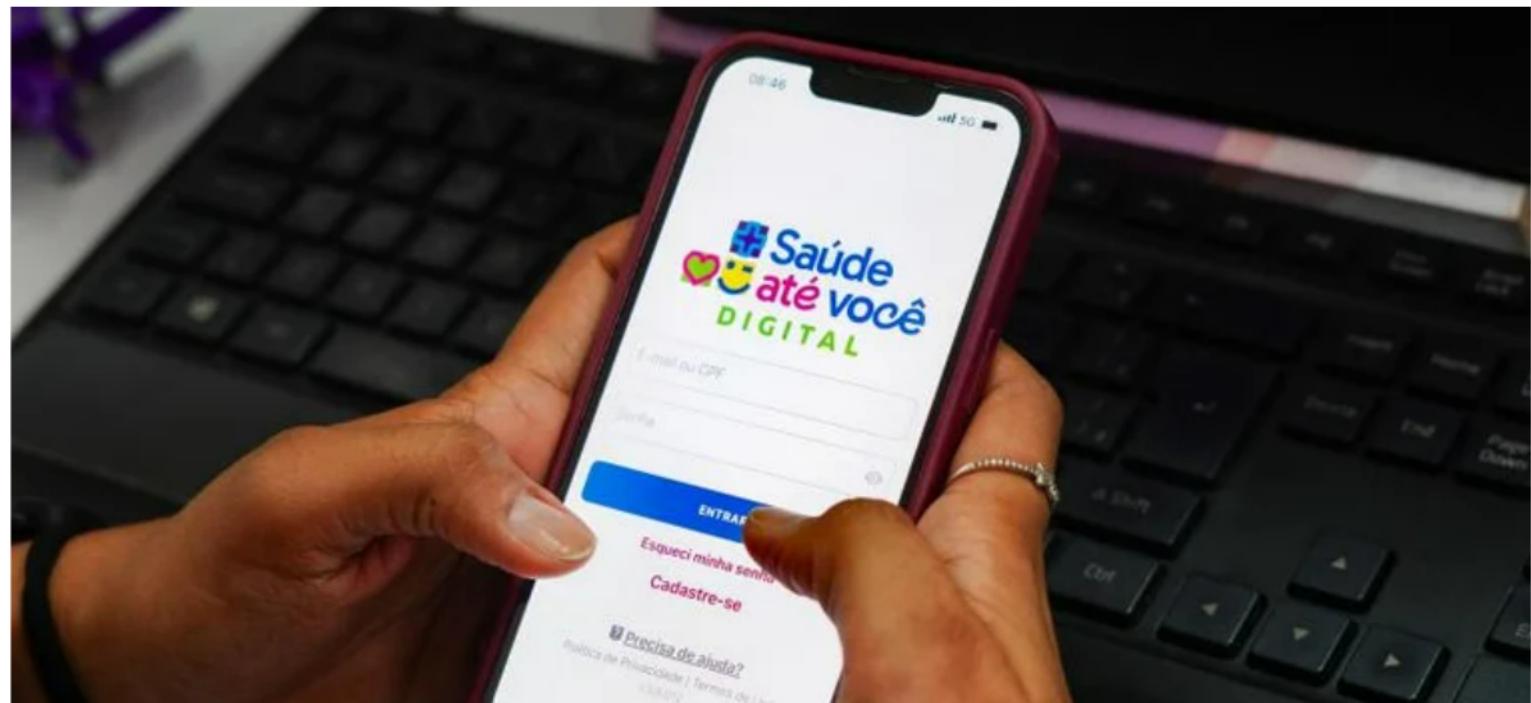
Durante os "21 Dias de Ativismo contra a Violência contra a Mulher", a senadora Augusta Brito destacou a gravidade do uso da desinformação como ferramenta contra mulheres na política. Ela enfatizou a importância do Senado Verifica em promover um debate público limpo e fundamentado na verdade.

Além de desmentir fake news, o Senado Verifica atua na área de alfabetização midiática e informacional, fornecendo ferramentas para que os cidadãos

possam avaliar e utilizar informações de maneira crítica. Em comemoração aos cinco anos do serviço, foi lançado um novo portal, que traz uma identidade visual atualizada e recursos educativos para promover o esclarecimento sobre assuntos de interesse público.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, reforçou o compromisso da Casa em combater as fake news, afirmando a importância de não apenas reagir a desinformações, mas também educar a sociedade para que se proteja delas. Com uma demanda maior vinda de estados como São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, é predominante a busca pelo serviço entre homens, que representam seis em cada dez pedidos.

Para o próximo ano, o Senado Verifica tem como prioridade o combate à desinformação durante as eleições gerais, colaborando com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para garantir que o debate público seja seguro e que as informações sejam de qualidade. O senador Rodrigo Pacheco alertou sobre os riscos das fake news, que podem comprometer tanto o processo eleitoral quanto a integridade das instituições democráticas.

SAÚDE**Aplicativo "Saúde Até Você Digital" Facilita Acesso a Serviços Médicos em Alagoas**

Em um marco significativo para a saúde pública de Alagoas, o aplicativo inovador "Saúde Até Você Digital" está agora disponível para download em dispositivos Android e iOS. Esse desenvolvimento promete transformar o acesso a serviços médicos em todo o estado. Com o aplicativo, os alagoanos poderão agendar consultas médicas e exames diretamente de seus smartphones, garantindo praticidade e conforto.

Lançado pelo governador Paulo Dantas em parceria com a

coordenadora do programa, a primeira-dama Júlia Britto, o aplicativo visa facilitar o acesso aos serviços de saúde para toda a população. Com inúmeras especialidades disponíveis, o programa se integra com o SUS, prometendo um atendimento humanizado e acessível para todos os residentes do estado. "Estamos colocando a saúde ao alcance de um clique", destacou Júlia Britto, enfatizando a união da tecnologia com o cuidado humano.

Os serviços médicos serão disponibilizados online, com

médicos localizados em salas do Saúde Até Você Digital, já instaladas em hospitais renomados de Maceió, incluindo o Hospital Metropolitano e o Hospital do Coração. Além disso, um novo espaço foi aberto no Hospital Regional de Palmeira dos Índios, estendendo o alcance do programa ao Médio Sertão.

O sistema espera atender 50 mil usuários mensalmente, com promessas de agendamentos em menos de 10 minutos. Para potencializar o alcance, o Governo de Alagoas prevê

colaboração com prefeituras locais, garantindo que os serviços cheguem a todos os 102 municípios.

Este avanço reforça o compromisso do governo em melhorar a acessibilidade e a eficácia dos serviços de saúde, reduzindo distâncias e superando desafios históricos no atendimento à população.

SAÚDE**Alagoas Lança Edital para Capacitação Nacional de Agentes Populares em Saúde com Bolsa de R\$ 2.500**

CAMARA DOS DEPUTADOS

Câmara aprova projeto que regulamenta agentes e guias de turismo, aumentando transparência nas relações de consumo e fortalecendo a proteção aos consumidores.



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados deu um passo importante em dezembro ao aprovar um projeto que reconhece os agentes e guias de turismo como profissionais essenciais para a Política Nacional de Turismo. Com essa aprovação, a iniciativa visa fortalecer a proteção ao consumidor e estabelecer diretrizes mais claras para a atuação desses profissionais no setor.

A proposta transformará obrigações que antes eram consideradas voluntárias em deveres legais, garantindo que os agentes de turismo atuem com maior transparência e

responsabilidade. As novas diretrizes estipulam que esses profissionais, que trabalham em nome de agências de turismo, devem oferecer informações detalhadas aos clientes sobre diversos aspectos dos serviços prestados, como coberturas de seguro, políticas de cancelamento e reembolso, além de responsabilidades em casos de atrasos ou mudanças nos itinerários.

Além disso, a medida reforça a importância dos guias de turismo, que já possuem uma regulamentação específica, reconhecendo-os como figuras-chave dentro do setor. O relator da

matéria, deputado Ícaro de Valmir (PL-SE), argumenta que o projeto não apenas aprimora as relações de consumo, mas também valoriza as categorias profissionais que são fundamentais na implementação das políticas públicas voltadas ao turismo. Ele acrescenta que essa mudança contribuirá para a criação de um marco legal mais robusto e inovador.

O texto aprovado inclui um substitutivo que traz ajustes técnicos, mas mantém a essência do projeto original. Esse substitutivo também aprimora a definição do que caracteriza um agente de turismo, diferenciando-o da figura da agência, e deixa claro

que as novas obrigações informativas servem como complementação ao Código de Defesa do Consumidor.

Com o projeto em tramitação em caráter conclusivo, ele ainda deverá passar pela análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para que as novas normas se tornem efetivas, será necessária a aprovação tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado. A expectativa é que as mudanças tragam benefícios significativos para o setor e para os consumidores que buscam serviços turísticos mais transparentes e seguros.

CAMARA DOS DEPUTADOS

Nova Lei Reconhece Profissão de Multimídia e Promove Segurança Trabalhista no Brasil



Em um passo importante para a valorização das profissões no setor de tecnologia e comunicação, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 15.325/26, que reconhece oficialmente a profissão de multimídia. A nova norma, publicada no Diário Oficial da União no dia 7 de janeiro de 2026, visa promover maior segurança trabalhista e social para os profissionais da área.

A legislação define com clareza as atividades que podem

ser executadas por esses especialistas, abrangendo um leque extenso de funções. Os profissionais de multimídia estarão aptos a atuar em tarefas que vão desde a criação e produção de conteúdos até a edição, planejamento, gestão e organização. Além disso, irão lidar com a programação, publicação, disseminação e distribuição de materiais diversos, incluindo sons, imagens, animações, vídeos e textos em diferentes plataformas eletrônicas e digitais. Essa abrangência reflete as demandas de um mercado cada vez mais tecnológico e multifacetado.

A origem da lei remonta ao Projeto de Lei 4816/23, de autoria da deputada Simone Marquetto, do MDB de São Paulo. Após ser analisado e aprovado pela Câmara dos Deputados, o projeto recebeu um parecer favorável do deputado Paulo Magalhães, do PSD da Bahia, e também foi validado pelo Senado. A aprovação receberá elogios de especialistas que veem a regulamentação da profissão

como uma resposta às exigências do mercado moderno.

Segundo Magalhães, a regulamentação da categoria profissional atende não apenas à necessidade de uma regulamentação, mas também à consolidação de um setor que é dinâmico e crucial para a inovação e comunicação nos dias atuais. Ele afirmou que reconhecer a profissão de multimídia é um reconhecimento da importância das diversas funções e setores que compõem o mercado contemporâneo.

A nova lei, portanto, representa um avanço significativo para todos os profissionais envolvidos na criação e gestão de conteúdos multimídia, promovendo maior reconhecimento e segurança em suas atuações. Essa medida promete contribuir para um crescimento mais estruturado e seguro do setor, beneficiando tanto os trabalhadores quanto os consumidores de produtos e serviços na era digital.

**"CAPACETE?
É AQUI PERTINHO"**



SEMANA NACIONAL
DE TRÂNSITO

O TRÂNSITO
NÃO ACEITA
DESCULPAS

**USE O CAPACETE
CORRETAMENTE**

DETTRAN-AL
Departamento Estadual de Trânsito do Alagoas

ALAGOAS
GOVERNO